

BOLETIM 524

Brasília, 5 de março de 2018



CONTRICOM REÚNE DIRETORIA NESTA QUARTA (7), EM LUZIÂNIA (GO)

A CONTRICOM reunirá, no próximo dia 7 (quarta-feira), no Centro de Treinamento (CTE) da CNTI, em Luziânia (GO), sua Diretoria para fazer um balanço das atividades da entidade e traçar os rumos para o novo período.



Será a primeira reunião depois da posse da nova diretoria presidida pelo companheiro Altamiro Perdoná (*foto*) e contará com a participação dos presidentes das federações filiadas, que não são membros da Diretoria.

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Teve início hoje (5) e se estenderá até amanhã (6) a reunião do Conselho Fiscal da Confederação, formado por Antonio Lopes de Carvalho, Raimundo Ferreira Brito e Evilásio de Deus Lopes (*na foto acima com o presidente Altamiro*). O Conselho analisa as contas do último trimestre da entidade do ano passado para elaboração de parecer relativo ao exercício do ano de 2017.

Segundo o presidente Altamiro Perdoná, “devido ao momento que estamos vivendo e dos desafios que temos pela frente, precisamos reunir todos os nossos dirigentes para debater assuntos como a reforma trabalhista, terceirizações e sustentação material das entidades, que são cruciais para o movimento sindical e os trabalhadores”.

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM



Comissão vota projeto que destina unidades do Minha Casa Minha Vida a trabalhadores da construção

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal votará na quarta-feira (7) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 331/2015, que destina 5% das unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida aos trabalhadores da construção civil. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto, observa que as exigências burocráticas do Minha Casa Minha Vida impedem que segmentos carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, afirma Vanessa, essa exclusão é "particularmente perversa, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa".

A proposta recebeu voto favorável da senadora Regina Sousa (PT-PI), relatora da matéria. Ela concorda com os argumentos de que a burocracia prejudica o aumento do alcance social do Minha Casa Minha Vida, de modo que ainda se encontram entre os trabalhadores da construção "amplas parcelas desassistidas, residindo em condições precárias".

A votação na CDR é terminativa e, em caso de aprovação, o projeto poderá seguir para análise da Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para que o texto seja votado pelo Plenário do Senado.

Fonte: Agência Senado

Centrais e Dieese avaliam ações e pregam reforço da unidade de ação

As Centrais CUT, Força Sindical, UGT e CTB se reuniram na manhã da sexta (2), na sede do Dieese, para debater as ações do movimento sindical frente às mudanças estruturais impostas pelas reformas neoliberais de Michel Temer.

Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), a reunião foi importante para analisar as novas exigências da conjuntura atual.

"Avaliamos nossa conduta nesse início de 2018. Achamos por bem reforçar o trabalho unificado das Centrais Sindicais. Propusemos um Grupo de Trabalho para que possamos elaborar um documento único de orientações para este ano, que tem eleições", explica.

Ele conta que as Centrais estão atentas ao debate em torno da reforma trabalhista, que começa nesta terça (6) com a instalação da comissão mista que analisará a MP 808/17, que altera pontos da Lei 13.467/17. "Vamos acompanhar de perto as discussões, inclusive no que trata da contribuição sindical. Vamos procurar conversar com parlamentares e buscar um entendimento sobre o assunto", afirma.

"Foi um encontro informal. Serviu para ouvir ideias sobre como será o posicionamento das Centrais com relação à nova conjuntura do País. As mudanças são graves, mas o movimento sindical pode jogar um papel fundamental. Ao se reinventar, pode atuar e mudar as regras do jogo", afirma o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio.

Clemente avalia que formação e comunicação serão fundamentais nesta etapa. "O dirigente sindical precisa buscar uma boa formação. Ele é o elemento de contato com as bases e leva a informação aos trabalhadores. O movimento sindical tem que entender que a comunicação tem que ser valorizada, para que não haja distorções e facilite a mobilização", explica.

CTB - As Centrais também abordaram os números alarmantes do desemprego. "Além do desemprego, tem o avanço da tecnologia, que contribui com extinção de postos de trabalho. Está em curso um duplo desafio, gerar emprego e garantir que a força de trabalho existente não seja excluída do processo de modernização", destaca Adilson Araújo, presidente da CTB.

Os dirigentes voltam a se reunir na próxima sexta (9), novamente na sede do Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Congresso inicia análise da MP da reforma trabalhista

O Congresso Nacional instala a partir desta terça-feira (6), 12 comissões mistas para a análise de Medidas Provisórias. Uma delas (MPV 808/2017) é a que ajusta pontos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 13/07/2017). Também na lista a (MPV 814/2017) que permite a privatização da Eletrobras e subsidiárias. Outra MP que começa a ser avaliada em comissão é a que autoriza a União a doar R\$ 792 mil para ajudar na restauração da Basílica da Natividade, na Palestina.

Fonte: Agência Senado

Sindicato + Trabalhador = União



Verlaine, do DIAP: Elementos para enfrentar a Reforma Trabalhista

Como o sindicalismo vai enfrentar a Reforma Trabalhista?

*Marcos Verlaine**

A Reforma Trabalhista ainda é novidade para todos, em particular para as organizações sindicais e os trabalhadores, pois são os mais negativamente afetados com a lei que retira direitos e fragiliza a estrutura sindical.

Passado o susto e a estupefação é hora de pensar, orgânica e politicamente, como enfrentar a lei restritiva e regressiva. Em artigo publicado na página do DIAP, em julho, o assessor do órgão Neuriberg Dias apontou os



caminhos da resistência à lei celerada: as frentes institucional, jurídica e sindical.

Na frente institucional há muitas limitações, em particular no Congresso, mas não se deve deixar de atuar nesse locus, pois é a arena onde se concretiza de forma objetiva as mudanças — para o bem ou para o mal — na legislação.

A decisão mais recente demonstra que não se pode baixar a guarda no Congresso. O relator da Reforma Trabalhista na Câmara apresentou requerimento para arquivar todas as proposições que visam alterar a Lei 13.467/17. Ele quer obstruir ou interditar qualquer debate nessa direção. Isto não faz sentido!

Frente jurídica - O embate nesta frente tem permitido êxitos ao movimento sindical. A interpretação da “lei celerada” à luz da Constituição e dos tratados internacionais tem de levar à prevalência do direito.

Em artigo publicado antes da validade da lei, “Reforma Trabalhista: vale a Lei ou o Direito”, o diretor do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz destaca que o “Direito não é igual à lei”. Isto é, “o juiz precisa compatibilizar a lei com a Constituição, com as convenções internacionais e com os princípios tutelares, no caso do Direito do Trabalho”.

Frente sindical - Na resistência à lei, a frente sindical é a mais importante e é, portanto, a que poderá proporcionar mais avanços ou conter e suprimir os retrocessos. Como tem proclamado e levado a cabo os metalúrgicos em nível nacional, com a “A luta faz a lei”.

E parte também dos metalúrgicos a ação, até o momento, de maior envergadura e resistência objetiva à Reforma Trabalhista. Essa

ação colocou em movimento toda a categoria em nível nacional independentemente da central à qual o sindicato é vinculado.

É a partir desse exemplo, com cada categoria atuando a partir de suas particularidades e peculiaridades, que poderá nascer a resistência nacional e de classe à lei que consolidou os interesses patronais e do mercado, em substituição, aos fundamentos da CLT.

Luta nacional e classista - Nessa luta, o sindicalismo precisa mudar o raio de ação, alcance e organização. Isto porque a lei abrange a todos e não apenas a essa ou àquela categoria de trabalhadores, incluídos aí os profissionais liberais.

A ação e o alcance precisam ser nacionais, como os metalúrgicos estão fazendo com o “Brasil Metalúrgico”. Do contrário, os sindicatos irão enfrentar de forma fragmentada a lei que afeta toda organização sindical por igual.

A partir dessa ação nacional, que precisa incluir toda estrutura sindical — das centrais, passando pelas confederações, federações até os sindicatos e a base das categorias — para se chegar à luta da classe trabalhadora, a fim de superar os enfrentamentos e confrontos das categorias isoladas em municípios e estados longínquos.

Ou seja, para confrontar a “Reforma”, o sindicalismo precisa romper o economicismo, a fragmentação e o corporativismo. E com isso avançar para uma luta mais político-organizativa e classista, no sentido de “classe trabalhadora”.

Ferramentas - Mais organização, mais politização (formação) dos dirigentes e da base e mais comunicação.



Organização porque sem esta variável ou fator é impensável fazer qualquer coisa com objetivos a alcançar. A luta não se encerra com o fim de 1 campanha, salarial ou de filiação, porque a fase seguinte é de manutenção dos ganhos e sua ampliação ou organização e formação dos novos membros do sindicato na base.

A formação dos dirigentes e dos trabalhadores é essencial, pois sem estarem preparados não terão condições de enfrentar as dificuldades e nem tampouco de responder adequadamente e politicamente as demandas da classe, que nunca cessam, pelo contrário.

A comunicação mereceria, pela sua importância capital, artigo específico, cujo papel é particularmente preponderante. Porque é por meio dessa ferramenta que as demais variáveis (organização e formação) ganharão expressão para além das fronteiras das estruturas sindicais e da classe, cuja ideia é também extrapolar as fronteiras geográficas e políticas.

Dito de outro modo: a política organiza e dá forma à luta. E a comunicação ajuda a sustentar esse processo que vai requerer a participação organizada e consciente da classe. Sem comunicação eficaz com a base e a sociedade prevalecerá, sempre, a narrativa do inimigo. Assim, por mais aguerrida e efetiva que seja a direção sindical, a agenda e as conquistas ficarão circunscritas às fronteiras do sindicato.

() Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

Fonte: Diap

Sindicatos patronais demitem para sobreviver à reforma trabalhista

A reforma trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado, teve um efeito colateral para os sindicatos patronais – principais defensores da mudança. O fim da contribuição sindical obrigatória derrubou a receita das entidades que representam as empresas. Com isso, elas foram obrigadas a reduzir o quadro de funcionários, cortar viagens e eventos. Em alguns casos, a queda de arrecadação chega a 70%.

Com menos dinheiro em caixa, os sindicatos fazem campanha para convencer as empresas da importância do pagamento da contribuição. Alguns deles recorreram à Justiça para manter a cobrança compulsória. É o caso da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), que entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o fim do imposto sindical. No total, entre sindicatos patronais e trabalhistas, já há 11 ações no STF sobre o assunto.

“A situação está caótica. Tivemos queda de 70% na arrecadação”, afirma o diretor executivo da CNTur, José Osório Naves. Segundo ele, com caixa reduzido, a confederação cortou todas as gratificações aos funcionários e os contratos de terceiros. Os jantares que reuniam os executivos do setor foram suspensos e viagens só em caso de urgência. “Estamos nos adequando para conseguir sobreviver. Não sabemos até quando.”



Em 2016, a arrecadação da contribuição sindical (patronal) somou quase R\$ 800 milhões. Do montante recolhido, 60% fica com os sindicatos; 20% com o Ministério do Trabalho; 15% com as federações; e 5% com as confederações. No caso das empresas, o pagamento é proporcional ao capital social da companhia. Os dados de 2017 e deste ano ainda não foram consolidados.

Orçamento - Na Fiesp, uma das representações mais fortes do País, a queda na arrecadação ficou entre 13% e 14%. Para se adequar ao novo orçamento, cerca de 20% do quadro de funcionários foi reduzido e alguns departamentos unificados, como economia e competitividade e startups e micro e pequenas empresas.

Fonte: Estadão

Juiz homologa acordo pelo aplicativo WhatsApp

Diante da ausência de uma trabalhadora em audiência na segunda-feira (26/2), o juiz Régis Franco e Silva de Carvalho, da 5ª Vara do Trabalho de Barueri (SP), homologou acordo por meio de chamada de vídeo do aplicativo WhatsApp.

O motivo do não comparecimento da trabalhadora, que está na Bahia, foi justificado pelo advogado e aceito pelo juiz. Como a audiência havia sido antecipada, Carvalho reconheceu que a autora não foi intimada e que o procurador ficou sabendo da nova data três dias antes.

Assim, na primeira tentativa de conciliação, o juiz conversou com a parte e os

advogados presentes para que tentassem alcançar o entendimento e encerrar o processo e o litígio, “até para não terem que voltar outro dia, assim como para não ter que deslocar a reclamante da Bahia por conta da audiência”.

Diante da concordância dos advogados, Carvalho então fez chamada de vídeo via WhatsApp com a ex-empregada. A medida foi adotada também para verificar se a trabalhadora concordava com os termos da conciliação e para explicar a ela as condições e consequências dessa decisão.

Para certificar-se de que era realmente a autora na outra linha, o julgador considerou suficiente comparar a imagem com a fotografia do documento de identificação, juntado aos autos, e o reconhecimento visual da testemunha e do preposto da empresa.

Conciliações virtuais - Segundo o TRT da 2ª Região, o uso de meios eletrônicos para negociações está sendo cada vez mais incentivado. A conciliação virtual foi reconhecida como ferramenta oficial na corte em agosto do ano passado, por meio da Portaria GP/Nupemec 1/2017.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS